

Moção

RECUPERAR O TEATRO MARIA MATOS

Considerando que:

- i. Passado um ano e alguns meses desde o anúncio de entrega do Teatro Maria Matos à gestão privada, temos um teatro fechado e bloqueado no meio de uma luta entre concorrentes nos tribunais. Não foi por falta de aviso: fosse sobre a falta de critérios e obrigações claras de serviço público inscritos no concurso, fosse sobre a fragilidade jurídica óbvia com que o contrato de arrendamento do teatro seria celebrado; alertámos para tudo isto nesta assembleia e tudo isto foi rejeitado pela vereação da cultura da Câmara Municipal de Lisboa. Aqui estamos, um ano depois, e os resultados estão à vista.
- ii. A manutenção da gestão pública do Teatro Maria Matos seria um fator poderoso de diversificação de públicos, face aos alertas de afunilamento da oferta cultural, devido à turistificação da cidade, alertas que o próprio Plano Estratégico Municipal da Cultura de 2017 lança, de forma insistente.
- iii. A concessão do Teatro foi errada por diversas razões. Foi errada por falha de transparência (não constava do Plano Estratégico para a Cultura nem no Contrato Programa da EGEAC, ou sequer no programa eleitoral do Partido Socialista). Foi errada por ser financeiramente desnecessária (o orçamento para a Cultura aumentou todos os anos e não tem problemas de sustentabilidade face aos seus encargos). Foi errada por destruir dez anos de investimento público (seja pela requalificação e compra de equipamento técnico para o Teatro que agora seria entregue a privados, seja pelo investimento simbólico e artístico). Foi errada por ser juridicamente frágil (como se comprovou agora) e, finalmente, por falhar politicamente, não apenas pela renúncia a soluções que mantêm a gestão do Teatro na esfera pública, algo surpreendente no atual contexto, mas também por caucionar publicamente a ideia de que projetos artísticos que desafiem os limites da contemporaneidade não são para o grande público ou sequer o público escolar.

- iv. A concessão fechou literalmente o Teatro Maria Matos. Assumir as responsabilidades implica corrigir o erro e reabrir o teatro sob gestão pública. O Bloco apoiará uma solução pública. Como tal, desafiamos a vereadora da Cultura a fazer o óbvio: assumir o erro e reverter a concessão.

Assim, a Assembleia de Freguesia de Alvalade, reunida em 10 de abril de 2019, delibera o seguinte:

1. Recomendar à Câmara Municipal de Lisboa a anulação da concessão da gestão do Teatro Maria Matos a privados, lançando concurso público para novo projeto de programação e direção artística.
2. Instar a Junta de Freguesia de Alvalade a realizar, a breve prazo, uma sessão pública sobre o futuro do Teatro Maria Matos, com vista à discussão do assunto junto dos cidadãos e cidadãs residentes na freguesia, para auscultação das suas opiniões, como utilizadores próximos deste equipamento público.

Lisboa, 9 de abril de 2019,

O eleito pelo Bloco de Esquerda,

A handwritten signature in black ink, reading "Afonso Vareira". The signature is written in a cursive, flowing style.